



1.4.1.2.	Quanto à contraprestação	47
1.4.1.3.	Quanto à prestação substitutiva do <i>commodum representationis</i>	52
1.4.2.	Imputável ao devedor	56
1.4.2.1.	Quanto à prestação	56
1.4.2.2.	Quanto à contraprestação	57
1.4.2.3.	Quanto à prestação substitutiva do <i>commodum representationis</i> – remissão	58
1.4.2.4.	Quanto à indemnização – remissão	58
1.4.3.	Imputável ao credor	58
1.4.3.1.	Quanto à prestação	58
1.4.3.2.	Quanto à contraprestação	59
1.4.4.	Imputável a ambas as partes	61
1.5.	Efeitos e meios de reação na impossibilidade parcial	62
1.5.1.	Não imputável ao devedor, nem ao credor	62
1.5.1.1.	Quanto à prestação	62
1.5.1.2.	Quanto à contraprestação	66
1.5.2.	Imputável ao devedor	67
1.5.2.1.	Quanto à prestação	67
1.5.2.2.	Quanto à contraprestação	68
1.5.3.	Imputável ao credor	69
CAPÍTULO 2 – INCUMPRIMENTO DEFINITIVO		71
2.1.	Âmbito	71
2.1.1.	Caraterização geral	71
2.1.2.	Recusa antecipada do cumprimento como incumprimento definitivo?	75
2.2.	Meios de reação	77
2.2.1.	Cumprimento	77
2.2.1.1.	Enquadramento geral	77
2.2.1.2.	Mecanismos pressionatórios do cumprimento – referência	79
2.2.2.	Resolução	84
2.2.2.1.	Caraterização e fundamentos	84
2.2.2.2.	Impedimentos	88
2.2.2.3.	Pendência da decisão do credor	90
2.2.2.4.	Exercício	91



CAPÍTULO 5 – MORA DO CREDOR	159
5.1. Caracterização	159
5.1.1. Possibilidade da prestação	160
5.1.2. Recusa da prestação regular <i>ou</i> falta de atos necessários ao cumprimento	161
5.1.3. Ausência de motivo justificado	165
5.2. Efeitos e meios de reação	170
CAPÍTULO 6 – IMPOSSIBILIDADE TEMPORÁRIA NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR, NEM AO CREDOR	173
6.1. Caracterização geral	173
6.2. Efeitos e meios de reação	175
6.2.1. Quiescência de posições jurídicas	175
6.2.2. Risco de prestação e de contraprestação	176
6.2.3. Resolução	176
CAPÍTULO 7 – ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS	179
7.1. Caracterização	179
7.1.1. Base do negócio	181
7.1.2. Anormalidade	188
7.1.3. Boa-fé	189
7.1.4. Riscos não cobertos pelo contrato	189
7.2. Meios de reação	190
7.2.1. Hierarquia legal?	190
7.2.2. Resolução	191
7.2.3. Modificação	194
7.2.4. Dever de renegociar	194
7.2.5. Alteração de circunstâncias e cláusulas de <i>hardship</i>	197
7.3. Aplicação prática: casos incluídos e casos excluídos	197
7.3.1. Perturbação da equivalência entre prestações	197
7.3.2. Aumento dos dispêndios e esforços do devedor	198
7.3.3. Desaparecimento e frustração do fim	198
CAPÍTULO 8 – DESPROPORÇÃO ENTRE DISPÊNDIOS DO DEVEDOR E VANTAGEM DO CREDOR – REFERÊNCIA	201
Bibliografia	205